

Parlamentares devem ficar sem o recesso

Faltam poucos dias para o encerramento do semestre parlamentar, mas já se tem como quase certo, nos meios políticos de Brasília, nova convocação extraordinária do Congresso. A menos que o Governo se conforme em esperar até agosto pela retomada da votação dos seus projetos, os deputados e senadores ficarão sem recesso, como já ocorreu no final do ano e nos dois recessos anteriores.

Das 13 matérias originais do plano econômico encaminhadas ao Congresso em fins de abril, até agora, apenas três foram aprovadas pela Câmara e se encontram ainda em exame no Senado, de onde, se sofrerem qualquer alteração, voltarão à Câmara. Quase todas as outras estão na pauta da Ordem do Dia da Câmara, mas estavam "bloqueadas" pela mais controvertida delas — a que regulamenta a aplicação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

Apesar de a Câmara ter aprovado o IPMF terça-feira, não haverá tempo para o Senado deliberar sobre este e outros assuntos de interesse do Governo antes do recesso de julho. Nem o Senado está disposto a entrar numa corrida contra o tempo.

Além disso, não se deve esperar por autoconvocação. Se depender dos presidentes da Câmara, Inocêncio Oliveira, e do Senado, Humberto Lucena, haverá o recesso. Caberia, assim, ao presidente Itamar Franco a iniciativa da convocação extraordinária, com os ônus financeiros dela decorrentes: pagamento de ajuda de custo aos 503 deputados e 81 senadores equivalente a mais de uma remuneração mensal.

A solução para o Congresso continuar funcionando, em julho, sem ônus para o Tesouro Nacional poderia estar no retardamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Constituição diz que "a sessão legislativa não será interrompida" sem a sua aprovação.